



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 72/2015-UFPA, DE 11 DE MAIO DE 2015

NÍVEL E
ENFERMEIRO DO TRABALHO

16 de agosto de 2015

Nome: _____ N.º de Inscrição: _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação. Após as 18h você poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 14h30min e término às 18h30min, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto **Na pobreza e na riqueza**, de José Luiz Fiorin, para responder às questões de 1 a 10.

Na pobreza e na riqueza
Crenças e preconceitos baseiam associações como
“se é caro, é bom” e “se é simples, é do povo”

01 No trecho que segue, apela-se para um valor como forma de argumentar: “Ele é pobre e sofreu
02 muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de
03 vista.”

04 Nesse caso, temos o que se chama *argumentum ad lazarum* (argumento em que se apela para a
05 pobreza). O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre. É o argumento em que a
06 veracidade da tese que se defende está fundada na pobreza de quem a enuncia. Isso significa que o valor
07 em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do
08 que os ricos.

09 O nome desse raciocínio, *argumentum ad lazarum*, vem da parábola do pobre Lázaro (Lucas 16: 19-
10 31), que narra a história do mendigo, de nome Lázaro, que, coberto de chagas, ficava à porta de um homem
11 rico, querendo matar a fome com as migalhas que caíam de sua mesa. Ambos morreram e o pobre foi
12 levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos. Este pede a
13 Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua. Abraão diz que a
14 situação entre eles se inverteu e o rico, que na vida só teve gozos, agora padece e que o pobre não poderá
15 fazer nada por ele. Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.

16 São argumentos *ad lazarum* os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que
17 aquele que argumenta “não busca ganhos materiais”, “é um simples e honesto homem do povo” etc.

18 Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões
19 consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo:

20 “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus”.

21 [...]

22 O argumento contrário é chamado *argumentum ad crumenam* (argumento em que se apela para a
23 riqueza). A palavra latina *crumenam* significa “bolsa” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e,
24 portanto, a riqueza. É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:

25 “Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário.”

26 A força do argumento *ad crumenam* está também radicada em crenças e preconceitos
27 profundamente arraigados na sociedade. Certos ramos do cristianismo sempre julgaram a riqueza um sinal
28 de proteção divina. O voto censitário, que vigorou no Brasil durante todo o período imperial, é aquele em que
29 se concede o direito de votar apenas a pessoas que tenham determinada renda, porque só elas são
30 consideradas capazes de opinar nos negócios públicos.

31 [...]

32 Quando se faz o contrário, louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto,
33 porque é caro, estar-se-ia usando argumentos *ad crumenam*. O Marquês de Maricá, em muitas de suas
34 máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os
35 têm.

36 “A pobreza e a preguiça andam sempre em companhia.”

37 “O pobre preguiçoso murmura do rico laborioso.”

38 “Com juízo, trabalho, inteligência e economia, é pobre quem não quer ser rico.”

39 “Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem
40 ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”

41 [...]

42 Pode-se alargar ainda mais o conceito de argumento *ad lazarum* e *ad crumenam* para tudo, cujo
43 valor reside, respectivamente, no menos ou no mais:

44 “Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.” (Veja, 12/11/2014, p. 99)

José Luiz Fiorin. Revista Língua, Abril de 2015, p. 20-22

1 Em **Na pobreza e na riqueza**, José Luiz Fiorin

- (A) defende a tese de que os pobres são melhores do que os ricos.
- (B) argumenta em favor da ideia de que os ricos são superiores aos pobres.
- (C) expressa uma visão realista do relacionamento entre pessoas ricas e pobres.
- (D) não faz juízo de valor com relação aos argumentos *ad lazarum* e *ad crumenam*.
- (E) é sarcástico com aqueles que utilizam argumentos *ad lazarum* e *ad crumenam*.



- 2 De acordo com o autor,
- (A) a sociedade valoriza mais argumentos **ad lazarum** do que argumentos **ad crumenam**.
 - (B) valores religiosos podem sustentar tanto argumentos **ad lazarum** quanto **ad crumenam**.
 - (C) as pessoas ricas sempre gozam de privilégios em razão de sua condição socioeconômica.
 - (D) a riqueza de uns pode atrair, injustamente, a inveja e a maledicência de outros.
 - (E) as opiniões pessoais influenciam o julgamento de valores por parte da sociedade.
- 3 Para Fiorin, “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03) é exemplo de **argumentum ad lazarum** porque
- (A) se sabe que a opinião dos pobres tem maior valor.
 - (B) a pobreza é vista pela sociedade como uma virtude.
 - (C) os pobres são mais sábios e sensatos do que os ricos.
 - (D) a sensatez é vista como uma qualidade dos pobres.
 - (E) se acredita que os pobres são mais desinteressados.
- 4 Em *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua* (linhas 12 e 13), o pronome **lhe** refere-se
- (A) ao homem rico.
 - (B) a Lázaro.
 - (C) a Abraão.
 - (D) ao homem pobre.
 - (E) a Lucas.
- 5 A ordem inversa foi empregada em
- (A) “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03)
 - (B) *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua.* (linhas 12 e 13)
 - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
 - (D) O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm. (linhas 33 a 35)
 - (E) “*Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.*” (linhas 39 e 40)
- 6 As aspas foram empregadas para destacar o sentido conotativo em
- (A) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
 - (B) *Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.* (linha 15)
 - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
 - (D) A palavra latina **crumenam** significa “*bolsa*” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e, portanto, a riqueza. (linhas 23 e 24)
 - (E) “*Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.*” (linha 44)
- 7 No trecho *Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo: “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus.”* (linhas 18 a 20), a palavra *passo* significa
- (A) movimento.
 - (B) resolução.
 - (C) pensamento.
 - (D) medida.
 - (E) negócio.



- 8 Em *“Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”* (linhas 39 e 40), sem causar alteração no significado do enunciado, o advérbio *ordinariamente* poderia ser substituído por
- (A) simplesmente.
 - (B) geralmente.
 - (C) certamente.
 - (D) meramente.
 - (E) efetivamente.
- 9 Sem causar prejuízo ao significado do enunciado, a palavra *porque* poderia ser suprimida em
- (A) *O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre.* (linha 05)
 - (B) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
 - (C) *“Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário”.* (linha 25)
 - (D) *Louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto, porque é caro, estar-se-ia usando argumentos **ad crumenam**.* (linhas 32 e 33)
 - (E) *O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)
- 10 Para enfatizar uma ideia, a vírgula poderia dar lugar a um ponto em
- (A) *“... se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.”* (linhas 02 e 03)
 - (B) *Isso significa que o valor em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do que os ricos.* (linhas 06 a 08)
 - (C) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
 - (D) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
 - (E) *O Marquês de Maricá (...) considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)

LEGISLAÇÃO

- 11 De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, Lei nº 8.112/90 e suas alterações, as formas de provimento de cargo público são:
- (A) Nomeação; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
 - (B) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
 - (C) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; reintegração e recondução.
 - (D) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e recondução.
 - (E) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e reintegração.
- 12 Preceitua o Decreto nº 5.825/2006 as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e deverá contemplar
- (A) a função estratégica do ocupante da carreira dentro da IFE; a apropriação do processo de trabalho pelos ocupantes da carreira, inserindo-os como sujeitos no planejamento institucional; e o aprimoramento do processo de trabalho, transformando-o em conhecimento coletivo e de domínio público; e Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (B) a construção coletiva de soluções para as questões institucionais; a reflexão crítica dos ocupantes da carreira acerca de seu desempenho em relação aos objetivos institucionais; e Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento.
 - (C) dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, com definição de modelos de alocação de vagas que contemple a realidade da instituição; Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (D) a administração de pessoal como uma atividade a ser realizada pelo órgão de gestão de pessoas e as demais unidades da administração das IFEs; a identificação de necessidade de pessoal, inclusive remanejamento, readaptação e redistribuição da força de trabalho de cada unidade organizacional; e Programa de capacitação e aperfeiçoamento.
 - (E) as condições institucionais para capacitação e avaliação que tornem viáveis a melhoria da qualidade na prestação de serviços, no cumprimento dos objetivos institucionais, o desenvolvimento das potencialidades dos ocupantes da carreira e sua realização profissional como cidadãos; a integração entre ambientes organizacionais e as diferentes áreas do conhecimento; e Programa de Avaliação de Desempenho.



- 13 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido e será conduzido por comissão composta de
- (A) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (B) três servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (C) dois servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo não obrigatoriamente superior ou de mesmo nível, ou não obrigatoriamente ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (D) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (E) dois servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, cujo presidente será escolhido por meio de sorteio entre os servidores da comissão; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
- 14 Dentre outras proibições ao servidor regido pela Lei nº 8.112/90 e suas alterações (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais), citam-se:
- (A) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; proceder de forma desidiosa; zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público.
 - (B) Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (C) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (D) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (E) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter conduta compatível com a moralidade administrativa; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.



- 15 Em conformidade com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), são deveres fundamentais, dentre outros, do servidor público:
- (A) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; cometer a pessoas estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (B) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema; opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
 - (C) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (D) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
 - (E) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- 16 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, versa sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Quanto à organização do quadro de pessoal, é correto afirmar:
- (A) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar mensalmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Cultura o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (B) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar bimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (C) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar trimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (D) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (E) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar semestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.



- 17 O Decreto nº 5.378/2005 instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. Ao Comitê Gestor compete
- (A) apresentar trimestralmente proposta ao Ministro de Estado da Educação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (B) oferecer bimestralmente proposta ao Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (C) avarar semestralmente, junto à Secretária-Geral da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (D) propor ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (E) colocar anualmente diante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
- 18 Em conformidade com o Estatuto da Universidade Federal do Pará, publicado no DOU de 12 de julho de 2006, os Conselhos Superiores são órgãos de consulta, de deliberação e de recursos no âmbito da UFPA. São Conselhos Superiores:
- (A) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Pró-Reitorias.
 - (B) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; o Conselho Superior de Administração – CONSAD.
 - (C) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Administração – CONSAD; as Coordenadorias dos *Campi*.
 - (D) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias de Unidades Acadêmicas, incluídas as Especiais.
 - (E) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias e Coordenadorias de Subunidades Acadêmicas.



- 19 O Decreto nº 5.707/2006 instituiu a Política de Desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamentou dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São Instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal:
- (A) Plano anual de capacitação.
 - (B) Relatório de execução do plano anual de capacitação.
 - (C) Plano trimestral de capacitação; e relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
 - (D) Plano semestral de capacitação; relatório de execução do plano semestral de capacitação; e sistema de gestão por competência.
 - (E) Plano anual de capacitação; relatório de execução do plano anual de capacitação; e sistema de gestão por competência.
- 20 O conjunto Missão, Visão e Princípios da UFPA representa sua identidade institucional, facilitando e promovendo a convergência dos esforços humanos, materiais e financeiros, constituindo-se em um conjunto de macrobalizadores que regem e inspiram a conduta e os rumos da Instituição em direção ao cumprimento do seu PDI. A tríade serve de guia para os comportamentos, as atitudes e as decisões de todas as pessoas, que, no exercício das suas responsabilidades e na busca dos seus objetivos, estejam executando a Missão, na direção da Visão, tendo como referência os princípios institucionais. Os Princípios do PDI da UFPA contêm
- (A) promover a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico; o pluralismo de ideias e de pensamento; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.
 - (B) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural.
 - (C) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico.
 - (D) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos.
 - (E) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; o ensino público e gratuito; o pluralismo de ideias e de pensamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 O exercício de uma profissão requer conhecimento e atendimento às normas e regras gerais determinadas a todos os cidadãos, bem como àquelas relacionadas às condições específicas para o exercício da atividade profissional. A lei que regulamenta o exercício da enfermagem no Brasil e a resolução que reconhece a saúde do trabalhador como especialidade de competência do enfermeiro, no âmbito do Conselho Federal de Enfermagem, são, respectivamente,
- (A) Lei nº 7.498 de 1985 e Resolução nº 389 de 2010.
 - (B) Lei nº 5.905 de 1986 e Resolução nº 290 de 2004.
 - (C) Lei nº 7.498 de 1986 e Resolução nº 389 de 2011.
 - (D) Lei nº 2.604 de 1955 e Resolução nº 290 de 2011.
 - (E) Lei nº 7.498 de 1986 e Resolução nº 389 de 2012.
- 22 As doenças ou infecções sexualmente transmissíveis são um problema de saúde pública, de fácil e, ao mesmo tempo, difícil modo de prevenção, presentes em todo o mundo. Os métodos que evitam a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis e podem servir de barreira contraceptiva são
- (A) preservativo feminino e método de Billings.
 - (B) preservativo masculino e pílula do dia seguinte.
 - (C) preservativo masculino e espermicida.
 - (D) preservativo feminino e preservativo masculino.
 - (E) preservativo masculino e dispositivo intra-uterino.



- 23 Sobre a autorização para o enfermeiro preencher, emitir e assinar Laudo de Monitorização Biológica, previsto no Perfil Profissiográfico Previdenciário, analise as afirmativas abaixo:
- I Essa atribuição é regulamentada pela Resolução nº 289 de 2004 do Conselho Regional de Enfermagem.
 - II Trata-se de uma prerrogativa exclusiva do enfermeiro, desde que o mesmo seja inscrito e reconhecido como especialista em saúde do trabalhador no respectivo Conselho Regional de Enfermagem.
 - III Para respaldo ético-profissional da conduta e decisão adotada, estará o enfermeiro do trabalho obrigado a manter registros sistematizados (SAE), em prontuário do trabalhador.
 - IV Não é necessária a vinculação do enfermeiro especialista em saúde do trabalhador à Associação Nacional de Enfermagem do Trabalho (ANENT).

Estão corretas

- (A) I, II, III.
- (B) I, III.
- (C) II, IV.
- (D) I, II, III, IV.
- (E) II, III

- 24 Os instrumentos básicos de enfermagem são definidos como um conjunto de conhecimentos e habilidades fundamentais para o exercício de todas as atividades profissionais de enfermagem. São considerados instrumentos básicos de enfermagem

- (A) planejamento, hidratação, observação, trabalho em equipe, alimentação, destreza manual, método de trabalho e criatividade.
- (B) comunicação, planejamento, avaliação, método científico ou de problema, observação, trabalho em equipe, destreza manual e criatividade.
- (C) destreza manual, comunicação, trabalho em grupo, criatividade, método científico ou problema, planejamento, diagnóstico de enfermagem e administração.
- (D) comunicação, sinais vitais, método empírico, planejamento, criatividade, trabalho multiprofissional, educação permanente e observação.
- (E) histórico de enfermagem, diagnóstico de enfermagem, prescrição de enfermagem, implementação de cuidados de enfermagem, destreza manual, comunicação, trabalho em equipe e avaliação.

- 25 O *autoconceito* afeta a autoestima, ou como um indivíduo se sente sobre si mesmo, e faz parte do papel do enfermeiro apoiar componentes de autoconceito que possibilitam que os pacientes lidem com as dificuldades (Potter; Perry, 2005). Aos agentes estressores que afetam o autoconceito, o que se refere ao caso de um profissional de saúde que, sem sucesso, tenta atender a demandas do trabalho e da família ao mesmo tempo em que tenta desenvolver suas atividades pessoais são os

- (A) estressores de imagem corporal - alterações na aparência.
- (B) estressores de identidade - confusão de identidade.
- (C) estressores socioeconômicos - alterações sociais gerais.
- (D) estressores de autoestima - baixa autoestima.
- (E) estressores de desempenho de papel - sobrecarga de papel.

- 26 Considerando os tipos de estresse identificados por Selye (1991 in Potter; Perry, 2005) – *distresse* (angústia) e *eustresse* (estresse que protege a saúde) – bem como o estresse agudo, o crônico, o familiar, o do trabalho, os desgastados cotidianos, o trauma e as crises (Potter; Perry, 2005), o(s) estressor(e)s potencial(is) relativo(s) ao caso de um enfermeiro que comunica ao seu supervisor de enfermagem o estresse que vivencia no ambiente de trabalho é/são o(s):

- (A) Fatores Maturativos.
- (B) Pensamento Crítico.
- (C) Fatores Situacionais.
- (D) Reação ao Estresse.
- (E) Fatores Socioculturais.



- 27 Do nascimento à morte, formam-se laços e sofrem-se perdas. O tipo e a percepção da perda influenciam na profundidade e na duração do luto vivido pela pessoa (Potter; Perry, 2005). Considerando o papel do enfermeiro de avaliar o significado da perda, os fatores que influenciam a perda e o luto são:
- (A) Desenvolvimento Humano; Perspectivas Psicossociais da Perda e do Luto; Reação ao Estresse Psicológico; Doença Terminal; Natureza da Perda; Cultura e Etnicidade; Crenças Espirituais.
 - (B) Desenvolvimento Humano; Perspectivas Psicossociais da Perda e do Luto; Condição Socioeconômica; Relacionamentos Pessoais; Natureza da Perda; Cultura e Etnicidade; Crenças Espirituais.
 - (C) Desenvolvimento Espiritual; Perspectivas Psicossociais da Perda e do Luto; Condição Socioeconômica; Reação ao Estresse Psicológico; Natureza da Perda; Cultura e Etnicidade; Crenças Espirituais
 - (D) Desenvolvimento Humano; Perspectivas Psicossociais da Perda e do Luto; Condição Socioeconômica; Doença Terminal; Natureza da Perda; Cultura e Etnicidade; Problemas Espirituais.
 - (E) Desenvolvimento Espiritual; Perspectivas Psicossociais da Perda e do Luto; Condição Socioeconômica; Relacionamentos Pessoais; Reação ao Estresse Psicológico; Natureza da Perda; Cultura e Etnicidade.
- 28 A Norma Regulamentadora nº 9 (NR-9) discorre sobre *Programa de Prevenção de Riscos Ambientais* (PPRA). Para o seu desenvolvimento, é necessário considerar a seguinte estrutura:
- (A) Planejamento semestral com estabelecimento de metas; Prioridades e organograma; Estratégia e metodologia de ação; Forma do registro, manutenção e divulgação dos dados; Periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do PPRA.
 - (B) Planejamento anual com estabelecimento de metas; Prioridades e cronograma; Estratégia e metodologia de ação; Forma do registro, manutenção e divulgação dos dados; Periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do PPRA.
 - (C) Planejamento trimestral com estabelecimento de metas; Prioridades e cronograma; Estratégia e metodologia de ação; Forma do registro, manutenção e arquivamento dos dados; Periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do PPRA.
 - (D) Planejamento anual com estabelecimento de metas; Prioridades e organograma; Estratégia e metodologia de ação; Forma do registro, manutenção e arquivamento dos dados; Periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do PPRA.
 - (E) Planejamento semestral com estabelecimento de metas; Prioridades e organograma; Estratégia e metodologia de ação; Forma do registro, manutenção e arquivamento dos dados; Periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do PPRA.
- 29 Segundo a NR-9, consideram-se riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho. Correlacione os riscos descritos com os exemplos dos respectivos agentes, combinando as duas colunas:

Risco Ambiental	Agentes
Z. Físico	I. Gás sulfídrico; Poeira de sílica livre; Névoas e aerossóis de ácidos mineral.
W. Químico	II. <i>Mycobacterium tuberculosis</i> ; <i>Chlamydomphila psittaci</i> ; <i>Paracoccidioides brasiliensis</i> .
Y. Biológico	III. Temperaturas extremas; Radiações ionizantes; Pressões Anormais.

A combinação correta é

- (A) Z e I; W e III; Y e II.
 - (B) Z e III; W e I; Y e II.
 - (C) Z e III; W e II; Y e I.
 - (D) Z e I; W e II; Y e III.
 - (E) Z e II; W e III; Y e I.
- 30 Em postos de trabalho cujas atividades laborais exigem atenção constante e solicitação intelectual, como, por exemplo, laboratórios, salas de controle e escritórios, segundo a NR-17, os parâmetros recomendados para que o nível de ruído e a umidade relativa do ar sejam aceitáveis para efeito de conforto são, respectivamente,
- (A) até 45 dB (A) e não inferior a 40%.
 - (B) até 55 dB (A) e não inferior a 45%.
 - (C) até 65 dB (A) e não inferior a 40%.
 - (D) até 75 dB (A) e não inferior a 50%.
 - (E) até 80 dB (A) e não inferior a 40%.



- 31 A Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17) trata da *Ergonomia*. Considerando o item 6, que dispõe sobre a capacitação dos trabalhadores, a elaboração do conteúdo técnico, a execução e a avaliação dos resultados dos procedimentos de capacitação devem contar com a participação de
- (A) a) Pessoal de organização e métodos responsável pela execução do trabalho na empresa, quando houver; b) Integrantes do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho; c) Representantes dos trabalhadores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, quando houver; d) Médico coordenador do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); e) Responsáveis pelo Programa de Prevenção de Riscos de Ambientais (PPRA); f) representantes dos trabalhadores e outras entidades, como previsto nas convenções coletivas de trabalho.
- (B) a) Pessoal de organização e métodos responsável pela organização do trabalho na empresa; b) Integrantes do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho, quando houver; c) Representantes dos trabalhadores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, quando houver; d) Enfermeiro coordenador do PCMSO; e) Coordenador do PPRA; f) representantes dos trabalhadores e outras entidades, quando previsto em acordos ou convenções coletivas de trabalho.
- (C) a) Pessoal de organização e métodos responsável pela organização do trabalho na empresa, quando houver; b) Integrantes do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho; c) Representantes dos trabalhadores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, quando houver; d) Enfermeiro coordenador do PCMSO; e) Coordenador do PPRA; f) representantes dos trabalhadores e outras entidades, quando previsto em acordos ou convenções coletivas de trabalho.
- (D) a) Pessoal de organização e métodos responsável pela organização do trabalho na empresa; b) Integrantes do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho; c) Representantes dos trabalhadores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, quando houver; d) Enfermeiro coordenador do PCMSO; e) Responsáveis pelo PPRA; f) representantes dos trabalhadores e outras entidades, como previsto nas convenções coletivas de trabalho.
- (E) a) Pessoal de organização e métodos responsável pela organização do trabalho na empresa, quando houver; b) Integrantes do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho, quando houver; c) Representantes dos trabalhadores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, quando houver; d) Médico coordenador do PCMSO; e) Responsáveis pelo PPRA; f) representantes dos trabalhadores e outras entidades, quando previsto em acordos ou convenções coletivas de trabalho.
- 32 Considerando as responsabilidades do empregador e do trabalhador descritas na Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6) no que tange os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), correlacione:
- | | |
|--|--|
| I Responsabilidade do Empregador quanto ao EPI | () Comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego qualquer irregularidade observada. |
| | () Responsabilizar-se pela guarda e conservação do EPI. |
| II Responsabilidade do Trabalhador quanto ao EPI | () Substituir o EPI imediatamente quando danificado ou extraviado. |
| | () Responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica do EPI. |
| | () Adquirir o EPI adequado ao risco de cada atividade. |
| | () Usar o EPI, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina. |

A sequência correta é

- (A) I; II; I; I; I; II.
(B) II; I; I; II; I; II.
(C) I; I; II; II; II; I.
(D) II; II; I; II; I; II.
(E) I; II; II; II; I; II.

- 33 O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) deve incluir, obrigatoriamente, a realização de exame(s) médico(s)
- (A) periódicos, em trabalhadores que já sofreram acidentes em decorrência do trabalho.
(B) admissional, antes que o trabalhador assumira suas atividades laborais.
(C) de retorno ao trabalho, realizados obrigatoriamente no primeiro dia da volta ao trabalho de trabalhador ausente por período igual ou superior a trinta dias, em decorrência de férias.
(D) de mudança de função, em até sete dias após a efetivação da mudança.
(E) demissional, até dez dias após a homologação do desligamento do trabalhador.



- 34 Sobre a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), regulamentada pela NR-5, analise os itens a seguir:
- 1 Devem constituir CIPA, por estabelecimento, e mantê-la em regular funcionamento as empresas privadas, associações recreativas, cooperativas, bem como outras instituições que admitam trabalhadores como empregados, sendo facultado às empresas públicas, sociedades de economia mista, instituições beneficentes e órgãos da administração direta e indireta a sua constituição.
 - 2 A CIPA tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.
 - 3 É proibida a dispensa arbitrária ou sem justa causa do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.
 - 4 A CIPA é constituída por representantes do empregador e dos empregados, todos eleitos em escrutínio secreto, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os funcionários interessados.
 - 5 A documentação referente ao processo eleitoral da CIPA, incluindo as atas de eleição e de posse e o calendário anual das reuniões ordinárias, deve ficar no estabelecimento à disposição da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego.

Estão Corretos

- (A) 1, 2 e 5.
(B) 2, 3 e 4.
(C) 1, 3 e 4.
(D) 2, 3 e 5.
(E) 1, 3, 4 e 5.

- 35 Durante a realização do exame periódico de uma trabalhadora, o enfermeiro do trabalho identificou no exame físico a presença de manchas discrômicas na pele, com alteração de sensibilidade. Durante o exame a trabalhadora queixou-se ainda de dor. Foi identificado o espessamento de alguns nervos periféricos. Diante desse quadro de sinais e sintomas, a equipe deve iniciar a investigação do caso para:

- (A) Leishmaniose Cutânea.
(B) Paracoccidiodomicose.
(C) *Carbúnculo*.
(D) Hanseníase.
(E) Neoplasia de pele.

- 36 Considerando a necessidade de implementação de ações de saúde do trabalhador em todos os níveis de atenção do SUS, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora foi instituída pela PORTARIA N^o 1.283, de 23 de agosto de 2012. Sobre esta política, é correto afirmar:

- (A) Art. 7º: deverá contemplar todos os trabalhadores, priorizando, entretanto, pessoas e grupos em situação de maior vulnerabilidade como aqueles inseridos em atividades ou em relações informais e precárias de trabalho, em atividades de maior risco para a saúde, submetidos a formas nocivas de discriminação, ou ao trabalho infantil, na perspectiva de superar desigualdades sociais e de saúde e de buscar a equidade na atenção.
- (B) Art. 8º: um dos seus objetivos é o fortalecimento e articulação das ações de vigilância em saúde, identificando as ações de planejamento e avaliação com as práticas de saúde.
- (C) Art.9º: uma de suas estratégias é a produção conjunta de protocolos, normas técnicas e atos normativos, com harmonização de parâmetros e indicadores, para orientação nos hospitais públicos no desenvolvimento das ações de vigilância, e especialmente como referência para os processos de pactuação entre as três esferas de gestão do SUS.
- (D) Art.9º: uma de suas responsabilidades é a construção conjunta de protocolos, linhas de cuidado e matriciamento da saúde do trabalhador.
- (E) Art.14º: elaborar, em seu âmbito de competência, perfil produtivo e epidemiológico, a partir de fontes de informação existentes e de estudos específicos, com vistas a subsidiar a programação e avaliação das ações de atenção à saúde do trabalhador.



- 37 A Norma Regulamentadora – NR 18, relativa às condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, estabelece:
- (A) Diretrizes de ordem privativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas privativos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção.
 - (B) Tratando-se de adaptação de contêineres, originalmente utilizados no transporte ou acondicionamento de cargas, deverá ser mantido no canteiro de obras, à disposição da fiscalização do trabalho e do sindicato profissional, laudo técnico elaborado por profissional legalmente habilitado, relativo à ausência de riscos químicos, biológicos e físicos (especificamente para radiações) com a identificação da empresa responsável pela adaptação.
 - (C) As instalações sanitárias devem ter paredes de material carbonado e lavável, podendo ser de madeira ou concreto.
 - (D) A instalação sanitária deve ser constituída de lavatório, vaso sanitário e mictório, na proporção de 1 (um) conjunto para cada grupo de 10 (dez) trabalhadores ou fração, bem como de chuveiro, na proporção de 1 (uma) unidade para cada grupo de 5 (cinco) trabalhadores ou fração.
 - (E) Os alojamentos dos canteiros de obra devem estar situados em subsolos ou porões das edificações.
- 38 A Norma Regulamentadora – NR 24, relativa às condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, estabelece:
- (A) Será exigido 1 (um) chuveiro para cada 5 (cinco) trabalhadores nas atividades ou operações insalubres, ou nos trabalhos com exposição a substâncias tóxicas, irritantes, infectantes, alergizantes, poeiras ou substâncias que provoquem sujidade, e nos casos em que estejam expostos a calor intenso.
 - (B) Nos estabelecimentos comerciais, bancários, securitários, de escritório e afins, poderá a autoridade local competente em matéria de segurança e medicina do trabalho, em decisão fundamentada, submetida à homologação do delegado regional do trabalho, dispensar ou reduzir o número de mictórios e de chuveiros estabelecidos nesta Norma.
 - (C) Os pisos deverão ser impermeáveis, laváveis, de acabamento liso, reto para os ralos de escoamento providos de sifões hidráulicos. Deverão também impedir a entrada de umidade e emanações no banheiro e apresentar ressaltos e saliências.
 - (D) As janelas dos vestiários deverão ter caixilhos fixos inclinados de 40°, com película protetora, totalizando uma área correspondente a 1/8 da área do piso.
 - (E) Em todos os locais de trabalho deverá ser fornecida aos trabalhadores água potável, em condições higiênicas com uso de recipientes coletivos. Onde houver rede de abastecimento de água, deverão existir bebedouros de jato inclinado e guarda protetora, proibida sua instalação em pias ou lavatórios, e na proporção de 1 (um) bebedouro para cada 20 (vinte) empregados.
- 39 Sobre a Norma Regulamentadora – NR 32, relativa à segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde, é correto afirmar:
- (A) Entende-se por serviços de saúde qualquer edificação destinada à prestação de assistência à saúde da população e todas as ações de promoção, recuperação, assistência, pesquisa e ensino em saúde em qualquer nível de complexidade.
 - (B) Consideram-se agentes biológicos os microrganismos, geneticamente modificados ou não, as culturas de bactérias, os parasitas, as toxinas e os príons.
 - (C) Todo local onde seja possível a exposição ao agente infeccioso deve ter lavatório coletivo para higiene das mãos provido de água corrente, sabonete líquido, toalha descartável e lixeira provida de sistema de abertura sem contato manual.
 - (D) Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) descartáveis deverão estar à disposição em número de 10 (dez) por cada trabalhador nos postos de trabalho, de forma que seja garantido o imediato fornecimento ou a reposição.
 - (E) A todo trabalhador dos serviços de saúde deve ser fornecido, gratuitamente, programa de imunização ativa contra tétano, difteria, hepatite C e febre amarela.



- 40 Sobre o processo de enfermagem na saúde ocupacional é correto afirmar:
- (A) É um método de trabalho que vem recebendo um importante enfoque na literatura científica de enfermagem, fazendo parte de todos os currículos das escolas de enfermagem.
 - (B) Tem abordagem deliberativa, interativa e fixa quanto à solução de problemas do cliente que exige habilidades cognitivas, técnicas e pessoais. Sua utilização traz implicações tanto para o enfermeiro quanto para o cliente.
 - (C) Em 2009, o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), por meio da Resolução nº 358/2009, normatizou a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) e implementou o processo de enfermagem em ambientes públicos ou privados, nos quais ocorre o cuidado profissional de enfermagem.
 - (D) Em vigilância da saúde, o processo de enfermagem consiste em duas ou três fases sequenciais, inter-relacionadas e interdependentes, que variam de acordo com os autores quanto ao número e à terminologia utilizada.
 - (E) A fase do histórico de enfermagem propicia uma fundamentação sólida que promove a realização de cuidado coletivo, constituindo a base para a identificação dos processos de enfermagem.
- 41 Há anos os profissionais de enfermagem lutam para definir a enfermagem por meio da identificação dos parâmetros, com o intuito de obter *status* profissional. Sobre o diagnóstico de enfermagem, é correto afirmar:
- (A) Constitui a segunda fase do processo. Sua elaboração ocorre após a análise e a interpretação dos dados coletados durante a investigação.
 - (B) Constitui a terceira fase do processo. Sua elaboração ocorre após a análise e a interpretação dos dados coletados durante a investigação. Nessa fase, o enfermeiro faz o julgamento clínico sobre a saúde do cliente.
 - (C) É uma interpretação acerca de um(a) problema/necessidade que requeira a intervenção e o manejo multiprofissional. Pode ser dividido em três partes: a identificação, a anamnese e o exame físico.
 - (D) A North American Nursing Diagnosis Association (NANDA) define o diagnóstico de enfermagem como um julgamento clínico acerca das doenças do paciente.
 - (E) A North American Nursing Diagnosis Association (NANDA) define os diagnósticos de enfermagem como a base para o planejamento do plano de cuidados.
- 42 As lesões por esforços repetitivos (LER) ou doenças osteomoleculares relacionadas com o trabalho (DORT) são definidas como conjunto de doenças do trabalho que acometem tendões. Em relação aos aspectos legais e previdenciários, é correto afirmar:
- (A) Nos casos avançados (grau II) de LER, a Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT) deve ser preenchida, não havendo necessidade de relatório médico com descrição da função exercida pelo trabalhador.
 - (B) A emissão da comunicação de acidentes do trabalho (CAT) deve ser efetuada pelo empregado até o primeiro dia útil após o início da incapacidade (5 dias de afastamento do trabalho) ou a partir da data em que foi confirmado o diagnóstico, de acordo com o art. 22 da Lei nº 8.213/91/91.
 - (C) À persistência de sinais e sintomas, com recidivas frequentes, o quadro de invalidez é caracterizado, ficando a cargo dos agentes de saúde e do serviço psicológico atestá-la.
 - (D) A emissão da comunicação de acidentes do trabalho (CAT) deve ser efetuada pelo empregador até o primeiro dia útil após o início da data da incapacidade (10 dias de afastamento do trabalho) ou a partir da data em que foi confirmado o diagnóstico, de acordo com o art. 22 da Lei nº 8.213/91/91.
 - (E) Ocorrendo incapacidade para o exercício do mesmo cargo/função, o perito deve fazer o encaminhamento do paciente ao centro de reabilitação profissional do ambulatório local do serviço.
- 43 A segurança do trabalho pode ser definida como a ciência e a arte do conhecimento, avaliação e controle dos riscos de acidentes. Sobre este assunto, é correto afirmar:
- (A) Doença do trabalho é a doença adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e que com ele se relacione diretamente. Exemplo: um bancário que adquire lesão por esforço repetitivo (LER).
 - (B) Legalmente, acidente de trabalho será aquele que ocorrer pelo exercício do trabalho, a serviço da empresa, provocando apenas perturbação funcional temporária da capacidade para o trabalho (art. 19 da Lei n. 8.213/91).
 - (C) Acidentes de trajeto são acidentes ocorridos em decorrência de ato de sabotagem praticado por terceiro, inclusive companheiro de trabalho.
 - (D) A negligência caracteriza-se por falta de aptidão especial, habilidade ou experiência no exercício de determinada função.
 - (E) Por força de dispositivo legal, o acidente de trabalho deve ser comunicado ao INSS até 72 horas, sob pena de multa, que é cobrada e aplicada pela previdência social.



- 4.4 A Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) é um dos componentes do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde. Objetiva a promoção da saúde e a redução da morbimortalidade da população trabalhadora. Sobre esta vigilância é correto afirmar:
- (A) Visando à integralidade do cuidado, a VISAT deve inserir-se no processo de construção da Rede de Atenção à Saúde, coordenada pela Atenção Primária à Saúde (Portaria GM/MS N.º 3.252/09).
 - (B) A ação de VISAT deve ter caráter proponente apenas de intervenção sobre os fatores condicionantes dos problemas de saúde relacionados ao trabalho.
 - (C) Um dos objetivos é a caracterização do ambiente de trabalho e território da população trabalhadora.
 - (D) A VISAT avalia o impacto das medidas adotadas para a redução da carga horária de trabalho, o controle de faltas e a atenuação dos fatores determinantes dos riscos e agravos à saúde.
 - (E) As práticas de intervenção em VISAT devem orientar-se pela interdisciplinaridade que se constitui pela articulação, com formação de redes e sistemas no âmbito da vigilância em saúde e com as universidades, os centros de pesquisa e demais instituições públicas.
- 4.5 A consulta de enfermagem para o acompanhamento da pessoa com diagnóstico de Diabetes Mellitus (DM) pode ser realizada por meio da aplicação da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), objetivando a educação em saúde para o autocuidado. É correto afirmar:
- (A) As pessoas com DM com dificuldade para o autocuidado precisam de mais suporte até que consigam ampliar as condições de se cuidar. O apoio ao autocuidado poderá ser realizado exclusivamente pela equipe de enfermagem.
 - (B) Toda mulher com diabetes em idade fértil deve receber orientações sobre planejamento da gravidez assim como as demais, uma vez que a gestação da mulher com diabetes não é considerada de alto risco para complicações, podendo, portanto, seguir o curso regular do pré-natal.
 - (C) Aspectos relevantes do exame físico da pessoa com DM devem ser considerados, como medida da PA e frequência cardíaca, sendo quatro medidas de PA, separadas por, pelo menos, um minuto, com paciente em posição deitada.
 - (D) A assistência de enfermagem para a pessoa com DM precisa estar voltada para percepção da pessoa diante da doença e controle rigoroso da função respiratória.
 - (E) A assistência de enfermagem para a pessoa com DM precisa estar voltada para um processo de educação em saúde que auxilie o indivíduo a conviver melhor com a sua condição crônica, reforce sua percepção de riscos à saúde e desenvolva habilidades para superar os problemas, mantendo a maior autonomia possível e tornando-se corresponsável pelo seu cuidado.
- 4.6 A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma condição clínica multifatorial caracterizada por níveis elevados e sustentados de pressão arterial – PA (PA \geq 140 x 90mmHg). (Sociedade Brasileira de Cardiologia, 2010). Em relação à assistência de enfermagem ao cliente portador de hipertensão arterial, é correto afirmar:
- (A) A consulta de enfermagem para o acompanhamento da pessoa com diagnóstico de HAS pode ser realizada por meio da aplicação de ansiolíticos e anticoagulantes, objetivando a educação em Saúde para o autocuidado.
 - (B) A primeira verificação da pressão arterial deve ser realizada somente no braço esquerdo, pois a rede venosa deste tem ligação direta com as artérias coronarianas.
 - (C) A consulta de enfermagem faz parte da estratégia dirigida a grupos de risco, que propõe intervenção educativa em indivíduos com valores de PA limítrofes, predispostos à hipertensão. As medidas são equivalentes às propostas para tratamento não medicamentoso da HAS, também chamadas de promoção de mudança no estilo de vida (MEV).
 - (D) A consulta de enfermagem deve focar nos fatores de risco que influenciam o controle da hipertensão, ou seja, as mudanças no estilo de vida e o uso de antidepressivos.
 - (E) O profissional de enfermagem poderá atuar por meio de ações educativas e prescrição medicamentosa com a população em geral.



- 47 No âmbito do Ministério da Saúde, a biossegurança é tratada pela Comissão de Biossegurança em Saúde (CBS), instituída pela Portaria GM/MS nº 1.683, de 28 de agosto de 2003, e coordenada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE). Sobre biossegurança é correto afirmar:
- (A) O risco ocupacional após exposições a materiais biológicos é variável e depende do tipo de acidente e de outros fatores, como gravidade, tamanho da lesão, presença e volume de sangue envolvido, além das condições clínicas do paciente-fonte e do uso correto da profilaxia pós exposição.
 - (B) As exposições ocupacionais podem ser consideradas percutâneas, em mucosas e em pele íntegra.
 - (C) Quanto ao manejo frente ao acidente com material biológico, uma das condutas por ocasião de acidente com exposição ao HIV: a duração da quimioprofilaxia é de 10 dias.
 - (D) Em relação ao controle e registro de agravos, a vigilância está centrada na Ficha de Investigação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), que levará ao registro do acidente de trabalho apenas no nível municipal.
 - (E) Quanto à avaliação da exposição no acidente com material biológico, deve ocorrer até 48 horas após o acidente e, inicialmente, basear-se em uma adequada anamnese do acidente.
- 48 A PORTARIA N.º 2.728, de 11 de novembro de 2009, dispõe sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST). Sobre a RENAST é correto afirmar:
- (A) O seu art. 2º § 1º refere que os municípios sentinela devem desenvolver políticas de promoção da saúde, de forma a garantir o acesso do trabalhador às ações integradas de vigilância e de assistência, em todos os níveis de atenção do SUS.
 - (B) O Art. 6º dispõe que as ações em saúde do trabalhador deverão estar inseridas expressamente nos planos de saúde das estratégias de saúde da família e nas respectivas programações mensais.
 - (C) O seu art. 2º § 2º refere que os critérios de definição dos municípios sentinela serão objeto de ato normativo do Ministério da Saúde, a ser expedido após pactuação por meio da vigilância epidemiológica em saúde do SUS.
 - (D) As secretarias de saúde dos estados, do Distrito Federal e dos municípios devem adotar as providências necessárias à implementação de ações em saúde do trabalhador, apenas no nível de atenção primária.
 - (E) Art. 4º: Compete às secretarias de saúde dos estados a coordenação técnica da RENAST.
- 49 Sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador, é correto afirmar:
- (A) O Pacto pela Vida está constituído por um conjunto de compromissos complexos de indicação de serviços de saúde do trabalhador de retaguarda.
 - (B) A intersetorialidade permite o estabelecimento de espaços compartilhados entre instituições e setores de governos e entre setores de diferentes governos – federal, estadual e municipal – que atuam na produção da saúde, na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas que possam ter impacto positivo sobre a saúde da população.
 - (C) O Pacto Intergestores pela Saúde, recentemente publicado, modifica substancialmente os mecanismos funcionais tripartites.
 - (D) O Pacto pela Vida é uma ação prioritária que deverá ser executada com a explicação inequívoca dos compromissos orçamentários e tem como prioridade principal a Política Nacional de Saúde Mental.
 - (E) O Pacto em Defesa do SUS envolve ações particulares interministeriais concretas e articuladas pelas duas instâncias federativas para reforçar o SUS como política de Estado mais do que política de governos, além de defender os princípios dessa política pública, inscritos nas diretrizes do SUS.
- 50 Sobre a atuação do enfermeiro do trabalho, é correto afirmar
- (A) O enfermeiro do trabalho presta assistência contínua às consequências das doenças e dos agravos ocupacionais. Faz visita aos locais de trabalho e assistência prestada ao trabalhador em ambiente laboral com a finalidade de coletar dados, dar orientações ou realizar a educação para saúde.
 - (B) Implementa diretrizes educacionais e faz adequações necessárias das condições mentais e ocupacionais em conjunto com vigilância epidemiológica.
 - (C) É responsável pela proteção imediata ao trabalhador por meio de protocolo de cuidados clínicos para doenças crônicas de prevenção primária.
 - (D) Executa atividades auxiliares planejando e orientando as atividades de enfermagem do trabalho.
 - (E) Mantém em ordem os dados epidemiológicos dos agravos ocupacionais nos serviços de saúde ambulatorial.